



Estado do Pará
Município de Cametá
Poder Legislativo

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

1.1 Prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria em contabilidade aplicada ao setor público e administração pública para Câmara Municipal de Cametá.

1.2 Órgão Solicitante: Câmara Municipal de Cametá.

1.3 Unidade requisitante: Departamento Administrativo.

1.4 Responsável pela solicitação: Elierson Arnoud Tenório.

1.5 Data: 02 de janeiro de 2025.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação de serviços especializados em contabilidade aplicada ao setor público é essencial para garantir o cumprimento das normas estabelecidas pela legislação vigente, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público (NBCASP). A complexidade das normas contábeis e das exigências legais demanda uma atuação técnica qualificada para assegurar a transparência, eficiência e regularidade na gestão dos recursos públicos.

2.2 O Além disso, a assessoria permitirá:

- a) **Adequação aos padrões legais e normativos:** Implementar e monitorar práticas contábeis de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
- b) **timização da gestão fiscal e financeira:** Garantir um planejamento orçamentário eficiente e o correto registro de receitas e despesas.
- c) **Capacitação e suporte técnico:** Promover treinamentos e orientações para os servidores, qualificando a equipe e reduzindo riscos de irregularidades.
- d) **Transparência e prestação de contas:** Assegurar a clareza das informações contábeis para órgãos de controle interno e externo, promovendo a accountability pública.

2.3 Considerando o papel estratégico da Câmara Municipal de Cametá na fiscalização e na elaboração de políticas públicas, é imprescindível que seus registros contábeis sejam precisos e estejam em conformidade com os princípios da administração pública. Dessa forma, a contratação da assessoria e consultoria



Estado do Pará
Município de Cametá
Poder Legislativo

especializada contribuirá para a melhoria contínua dos processos internos e para o fortalecimento da governança pública.

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação de assessoria e consultoria em contabilidade aplicada ao setor público e administração pública para a Câmara Municipal de Cametá visa garantir a adequada gestão contábil, financeira e administrativa, em conformidade com as normativas legais e boas práticas de governança pública. O objetivo principal é assegurar a eficiência na prestação de contas, o cumprimento das exigências do Tribunal de Contas, a transparência na gestão dos recursos públicos e a melhoria dos processos internos. A iniciativa busca oferecer suporte técnico especializado para fortalecer a organização e a tomada de decisões estratégicas no âmbito legislativo municipal.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

O item a ser contratado:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	Prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria em contabilidade aplicada ao setor público e administração pública para Câmara Municipal de Cametá	12

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1 A prestação de serviços a serem realizados terão como base na Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, garantindo transparência, legalidade e eficiência no processo de contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO

- **Forma de Contratação:** Inexigibilidade de contratação.
- **Prazo de Execução:** 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato ou ata de registro de preços.

7. ANÁLISE DE RISCOS

7.1 Os principais riscos associados a contratação foram identificados e possuem planos de ação preventiva e mitigadora, conforme segue:

- **Legalidade do Processo Licitatório:** Possíveis inconsistências no cumprimento da legislação aplicável (Lei nº 14.133/2021).
- **Qualificação Técnica:** Falta de comprovação da capacidade técnica dos profissionais ou escritórios contratados.



Estado do Pará
Município de Cametá
Poder Legislativo

- **Conflito de Interesses:** Possível vínculo entre os contratados e agentes políticos ou administrativos da Câmara.
- **Orçamentário e Financeiro:** Despesas além das previsões orçamentárias ou ausência de análise de custo-benefício.
- **Qualidade dos Serviços:** Risco de entrega de serviços abaixo do esperado, prejudicando a defesa jurídica da Câmara.

Medidas Mitigadoras:

- Realização de uma análise detalhada da necessidade do serviço.
- Estruturação do processo licitatório ou justificativa para contratação direta, com observância rigorosa à legislação.
- Verificação da regularidade fiscal e jurídica do contratado.
- Avaliação criteriosa das propostas técnicas e financeiras.
- Monitoramento contínuo da execução do contrato para garantir qualidade e conformidade.

8. BENEFÍCIOS ESPERADOS

- **Conformidade Legal:** Garantia de que a Câmara cumpra rigorosamente as normas contábeis e legais aplicáveis ao setor público, evitando penalidades e irregularidades.
- **Transparência e Prestação de Contas:** Melhoria na transparência dos atos administrativos e na qualidade das prestações de contas, fortalecendo a credibilidade da instituição junto à sociedade e aos órgãos de controle.
- **Eficiência na Gestão de Recursos:** Otimização da aplicação dos recursos públicos por meio de planejamento financeiro e orçamentário adequado.
- **Capacitação Técnica:** Treinamento e orientação da equipe interna, promovendo maior eficiência e conhecimento técnico sobre práticas contábeis e administrativas no setor público.
- **Melhoria na Tomada de Decisão:** Disponibilização de dados contábeis precisos e análises detalhadas para subsidiar decisões estratégicas.
- **Mitigação de Riscos:** Redução de erros e riscos relacionados à gestão contábil e administrativa, garantindo maior segurança jurídica e financeira.
- **Apoio em Auditorias e Fiscalizações:** Assistência técnica especializada em auditorias e fiscalizações de órgãos externos, como tribunais de contas.

Com essa assessoria, a Câmara pode alcançar maior eficiência administrativa, transparência e credibilidade, beneficiando diretamente a gestão pública e a comunidade local.

9. RESPONSABILIDADES

9.1. Apoio na Gestão Orçamentária e Financeira

- Orientar na elaboração, acompanhamento e controle do orçamento público.



Estado do Pará
Município de Cametá
Poder Legislativo

-
- Auxiliar na gestão de receitas, despesas e planejamento financeiro de curto e longo prazo.
 - Garantir que a execução orçamentária esteja alinhada às leis e normativas vigentes, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

9.2. Conformidade Contábil

- Assegurar que as demonstrações contábeis sejam preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).
- Implementar procedimentos para adequação às exigências do Tribunal de Contas e demais órgãos de controle externo.

9.3. Transparência e Prestação de Contas

- Auxiliar na elaboração de relatórios de gestão fiscal (RGF) e relatórios resumidos da execução orçamentária (RREO).
- Apoiar na organização e publicação de dados no Portal da Transparência, garantindo a acessibilidade das informações públicas.

9.4. Assessoria Jurídico-Contábil

- Interpretar e aplicar legislações específicas relacionadas à contabilidade pública, como a Constituição Federal, a LRF e o Plano Plurianual (PPA).
- Orientar sobre o cumprimento de obrigações fiscais e tributárias.

9.5. Planejamento e Controle Interno

- Oferecer suporte na implementação e monitoramento de sistemas de controle interno para prevenir desvios e irregularidades.
- Realizar análises para identificar possíveis riscos e propor melhorias nos processos administrativos.

9.6. Capacitação e Treinamento

- Promover treinamentos para os servidores da Câmara, com foco em boas práticas de gestão contábil e administrativa no setor público.
- Atualizar a equipe sobre mudanças legislativas e normativas aplicáveis à contabilidade pública.

9.7. Consultoria em Projetos e Licitações

- Fornecer orientações sobre a elaboração de projetos de lei relacionados à gestão financeira e orçamentária.
- Apoiar na análise de processos licitatórios para assegurar conformidade com as normas legais.

9.7.1. Essas responsabilidades visam não apenas cumprir os requisitos legais, mas também contribuir para uma gestão pública eficiente, ética e voltada aos interesses da população de Cametá. Caso precise de mais detalhes sobre algum ponto específico, é só me informar!



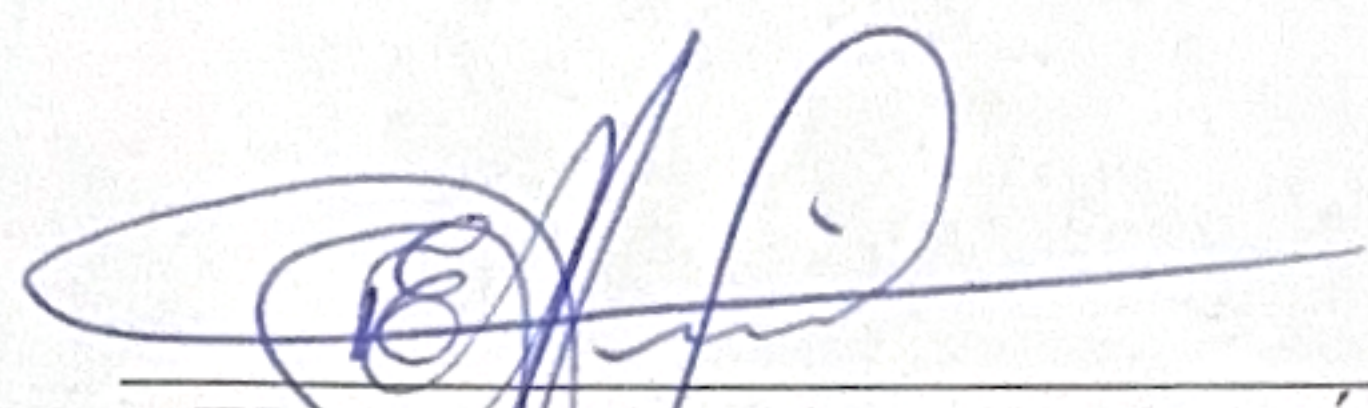
Estado do Pará
Município de Cametá
Poder Legislativo

10. APROVAÇÃO

- Declaro que a presente demanda está em conformidade com as necessidades identificadas e com as normas legais aplicáveis, estando apta a seguir para as etapas subsequentes do processo licitatório.

JARDES
ALHO
NABICA:85
675962204

Assinado de
forma digital
por JARDES
ALHO
NABICA:856759
62204



ELIÉRSO ARNOUD TENÓRIO
Diretor do departamento administrativo